

Orientação Básica para a família

SABER
& *incluir*



FUNDAÇÃO
DORINA
NOWILL
PARA CEGOS



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Orientação básica para família / organização
Juliana Sanches...[et al.]. -- 1. ed. -- São
Paulo : Fundação Dorina Nowill, 2023.

Outros organizadores : Flávia Andréa Feliciano,
Airton Marques Santos, André Melo de Souza.
Bibliografia.
ISBN 978-85-61257-96-5

1. Educação inclusiva 2. Família - Relacionamentos
3. Orientação 4. Pessoas com deficiência -
Acessibilidade 5. Pessoas com deficiência - Inclusão
social 6. Professores - Formação profissional
I. Sanches, Juliana. II. Feliciano, Flávia Andréa.
III. Santos, Airton Marques. IV. Souza, André Melo
de.

23-161557

CDD-371.911

Índices para catálogo sistemático:

1. Pessoas com deficiência visual : Educação 371.911

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

Todos os direitos reservados
à Fundação Dorina Nowill para Cegos
Rua Dr. Diogo de Faria, 558
04037-001 – São Paulo – SP

Fone: (11)5087-0999
www.fundacaodorina.org.br

Projeto
Saber E Incluir

Proponente
Fundação Dorina Nowill Para Cegos

Coordenação
Lucia Poletti Da Silva

Organizadores Do Caderno
Airton Marques Santos
André Melo De Souza
Flavia Andréa Feliciano
Juliana Sanches

Revisor
Giovani José Da Silva

Diagramação
Mateus Tenuta

Impressão
Master Print

Apresentação

A Fundação Dorina Nowill para Cegos é uma organização sem fins lucrativos e de caráter filantrópico. Está há mais de 75 anos dedicada à inclusão social de pessoas cegas e com baixa visão.

Leva o nome de sua idealizadora, que mais do que uma fundação, deixou a oportunidade de viver com dignidade à pessoa cega e com baixa visão e, às pessoas videntes, uma lição de vida.

A fundação desenvolve uma série de programas, projetos e serviços voltados para educação, habilitação, reabilitação, inclusão e empregabilidade das pessoas cegas ou com baixa visão.

Dentro desses programas, está o projeto Saber e Incluir que foi criado a partir da necessidade de formar professores sobre alunos cegos e com baixa visão, pois é crucial garantir uma educação inclusiva e de qualidade para os alunos com essa condição.

Ao receber treinamento adequado, os educadores podem adquirir conhecimentos e habilidades específicas que lhes permitirão atender às necessidades individuais dos alunos com cegueira e/ou baixa visão.

Proporciona, também, um entendimento aprofundado das características, causas e impactos da deficiência visual na aprendizagem e desenvolvimento dos alunos. Isso inclui aprender sobre diferentes condições visuais, suas implicações e como elas podem afetar o acesso à informação e a participação na sala de aula.

Nesse caderno *Orientações básicas para família* o projeto tem como objetivo mostrar amparo legal e

o papel da escola, quando perceber que a família não possui as orientações necessárias do caminho a seguir.

A família é o núcleo fundamental da sociedade e tem o direito de receber a proteção da sociedade e do Estado. Assim, as pessoas com deficiência e seus familiares devem receber a proteção e a assistência necessárias.

Com a inclusão social e educacional, importantes documentos apontam enfaticamente sobre a importância da participação e integração da família na educação e no processo de assistência às pessoas com cegueira ou baixa visão.

A família deve acompanhar e sentir-se e ser parte integrante do processo de inclusão da pessoa com cegueira ou baixa visão.

Cabe à escola fazer o que está ao seu alcance para que aquele aluno que necessita de recursos não fique abandonado no ambiente escolar, pois, caso contrário, se sentirá inseguro e desprotegido para realizar as atividades que os alunos videntes realizam normalmente.

Assim, é oferecido esse pequeno caderno para que, por meio dele, os educadores e demais pessoas possam compreender um pouco mais sobre a comunicação com a família da criança cega ou com baixa visão.

Espera-se que com esse material sejam reconhecidas as dificuldades que a falta de orientação sobre direitos, deveres e de comunicação entre as esferas podem causar. Que elas sejam rompidas e que se crie um ambiente para que cada criança/adulto possa desenvolver suas potencialidades, pois a inclusão é um direito fundamental e as garantias de liberdade e de autonomia são passos importantes nessa jornada.

“A força do ideal e a coragem da dedicação são elementos essenciais para que as obras que têm como objetivo o homem propriamente dito, a sua felicidade e seu bem-estar possam prevalecer em qualquer sociedade, presente ou futura.”

Dorina Nowill

Sumário

8	_____	1. Definindo família e sua importância
12	_____	2. Recebendo o aluno cego ou com baixa visão
18	_____	3. Relacionamento da escola e a família da criança cega ou com baixa visão
22	_____	4. Dificuldades das famílias na inclusão do aluno cego ou com baixa visão
26	_____	5. Ajuda especializada fora da escola
30	_____	6. Estimulação em diversos ambientes
34	_____	7. Fortalecimento da autoestima e da eficácia
38	_____	8. Apoio ao desenvolvimento autônomo de atividades da vida diária
40	_____	9. Adolescência e seus novos desafios
44	_____	10. Família, legislação e inclusão
48	_____	Referências

1. Definindo família e sua importância

Socialmente, a família é definida como um sistema social pequeno e interdependente, dentro do qual podem ser encontrados subsistemas ainda menores, dependendo do tamanho da família e da definição de papéis.

Antigamente, a definição envolvia, em geral, pai e mãe, formando a unidade central e mais significativa, apesar de sempre existirem outros relacionamentos intrafamiliares que exerciam influência uns sobre os outros.

Nos dias atuais, são consideradas famílias conjuntos de pessoas que se ligam por vínculos consanguíneos ou por afinidades, que possuam o propósito comum de praticar entre seus membros a solidariedade nos planos assistencial e da convivência.

Independentemente do formato familiar, a família é considerada um grupo social primário e tem a função fundamental no desenvolvimento global do indivíduo. A partir da cultura, da atitude e da dinâmica é que o indivíduo iniciará a construção de conceitos sobre si mesmo e se relacionará com os grupos sociais mais amplos.

A aceitação familiar das particularidades de cada sujeito é a base da formação de sua autoestima, pois é no núcleo familiar que se desenvolve o amor-próprio.

A vida acontece no dia a dia. A paternidade é uma série infinita de pequenos eventos, conflitos periódicos e crises súbitas que exigem reações. Essas não são sem consequências: afetam a personalidade de forma positiva ou negativa.

Além disso, caso um membro da família sofra rejeição, preconceito e não aceitação dentro do seu núcleo familiar, sua base psicológica terá

sido afetada negativamente e isso influenciará demasiadamente a forma como se enxergará nos demais grupos sociais.

O ser humano que não se sente amparado dentro do seu próprio lar cresce com uma lacuna emocional, o que faz com que ele se sinta constantemente diminuído e abandonado.

Quando essa carência emocional não é preenchida com amor, carinho, atenção, compreensão e acolhimento, o histórico familiar gera graves consequências na saúde mental.

2. Recebendo o aluno cego ou com baixa visão

O nascimento de uma criança com deficiência é uma experiência inesperada, que traz à tona diversas questões. Inicialmente, pode ocorrer um impacto frente ao recebimento do diagnóstico, que faz emergir diversificados sentimentos e reações.

Em nosso contexto cultural atual, no qual se inclui a família, muitos fatores sociais levam os indivíduos a considerarem como inferiores pessoas com características diferentes do padrão esperado, seja em termos físicos, sensoriais, de raça, de gênero, etc.



Diante disso, a família pode passar por uma fase de negação, o que demanda adaptação para, finalmente, chegar à aceitação, possibilitando o desenvolvimento do filho diante das reais limitações e potencialidades.

Situações inesperadas de crise geralmente trazem conflito e desequilíbrio, levando as pessoas a se sentirem frágeis, inseguras e impotentes, pois as formas de ação conhecidas, até então, muitas vezes não se encaixam ao que a nova situação exige. Porém, na medida em que a família reflete sobre essa condição, é capaz de buscar meios de transformá-la.

A maneira como cada família irá lidar com esse contexto, no entanto, dependerá de características individuais e de como o grupo familiar se relaciona entre si e também com o mundo.

Fatores que influenciam, também, são o grau de comprometimento da pessoa com deficiência, a forma como foi transmitida a notícia, o nível socioeconômico familiar, as expectativas em relação à cura etc.

Há certa variação de itens que constam nessas fases, mas, em geral, elas contêm os seguintes elementos:

- Sensação de desorientação, quando a família não sabe o que fazer ou pensar, vivendo uma espécie de estado de choque.
- A incredulidade e a não-aceitação do diagnóstico, nas quais os familiares passam a procurar vários profissionais, na esperança de uma modificação do quadro.
- Sentimentos como tristeza, desamparo e desespero são predominantes, num momento no qual ocorreria "luto" pelas perdas acarretadas pela deficiência. (Essa fase é considerada como fundamental do ponto de vista psicológico, pois é quando

a família reconhece seus sentimentos com mais clareza para poder compreendê-los).

- Gradual relacionamento e incorporação da pessoa com deficiência ao meio familiar. O acompanhamento e orientação da escola com a família favorece a compreensão de que há possibilidades e que o desenvolvimento e o potencial ocorrem com o conhecimento da necessidade do uso de recursos adaptados ao tipo de deficiência visual (cegueira ou baixa visão).

Esses inúmeros desafios enfrentados pela família da pessoa com cegueira ou baixa visão devem ser discutidos entre os pais, educadores e profissionais especializados que ajudam no diagnóstico, melhor tratamento para habilitação e inclusão da pessoa cega ou com baixa visão. São eles que, juntos, compreenderão e buscarão soluções para superar os obstáculos que dificultam a inclusão da criança no ambiente escolar.

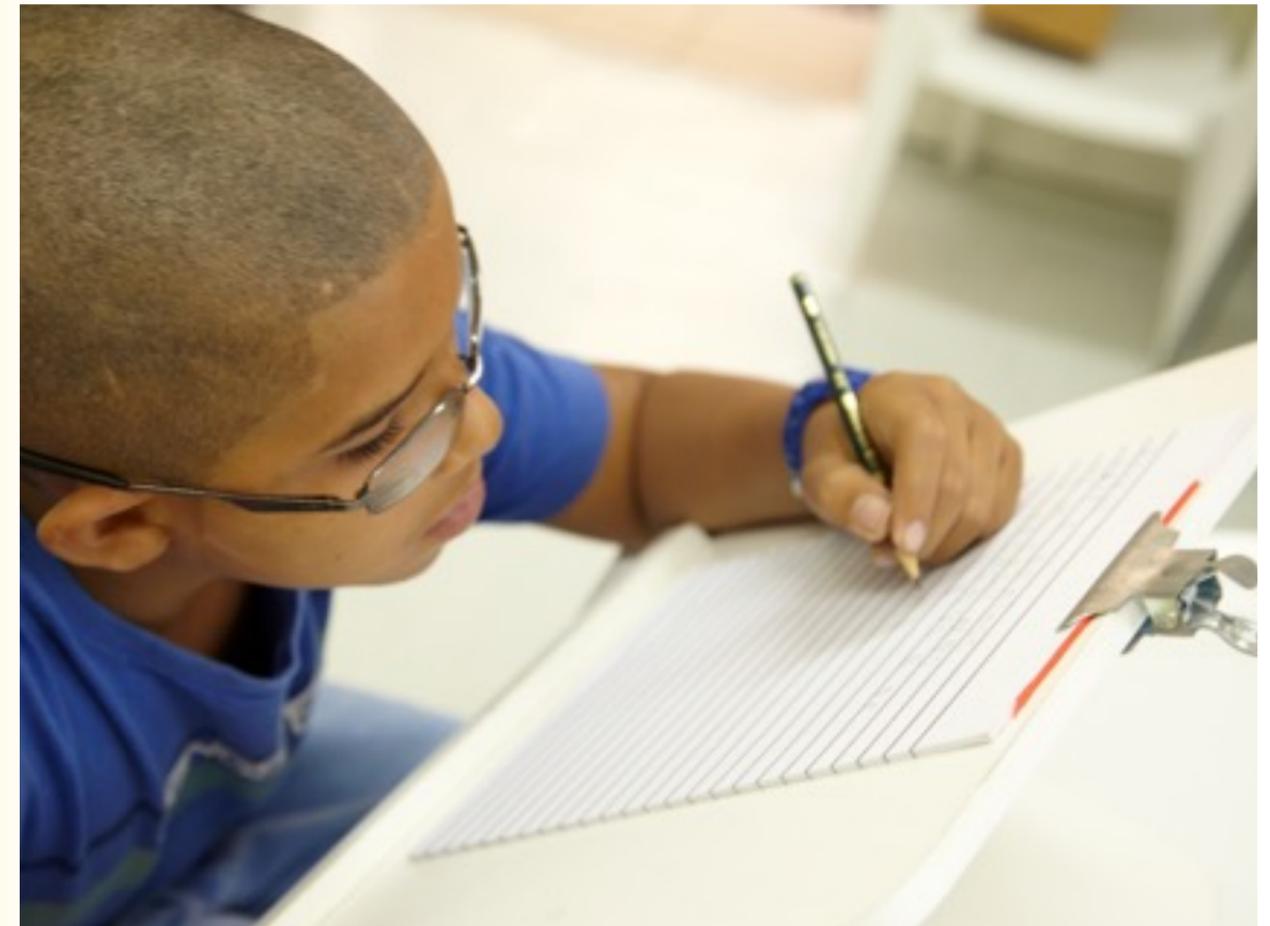
É importante ressaltar que a inclusão começa no âmbito familiar e que se deve começar o processo de inclusão da pessoa com cegueira ou baixa visão, construindo-se uma base emocional forte, capaz de romper barreiras e possíveis preconceitos que a pessoa venha enfrentar.

Um momento extremamente importante para a família de uma criança com deficiência visual é quando ela ingressa na vida escolar, em quaisquer fases (educação infantil, ensino fundamental ou ensino médio).

É comum os pais se sentirem ansiosos, inseguros e preocupados nesse momento. A entrada no espaço escolar sensibiliza e aumenta a ansiedade da família, pois todos passam a vivenciar novas situações.

Os pais precisam se preparar para esse momento, pois a criança necessitará de seu apoio emocional para sentir-se fortalecida, acolhida e com boa autoestima, o que auxiliará seu processo de amadurecimento.

Cabe à escola criar um clima acolhedor e de segurança para essa família, mostrando que, enquanto instituição escolar, está disposta a entender e caminhar junto a essa família e suas dificuldades, buscando recursos para equidade na evolução do aprendizado em todas as atividades propostas em sala de aula e em todos os níveis da educação escolar.



3. Relacionamento da escola com a família da criança cega ou com baixa visão

O ambiente familiar é a base inicial, a fonte principal de ensino dos primeiros passos, palavras, gestos e hábitos adquiridos pela criança. É por isso que, para que possam adequar suas práticas e métodos de ensino às necessidades da criança com cegueira ou baixa visão, os educadores devem conhecer a família, suas crenças e atitudes com relação à criança.

Essa interação permitirá que o educador possa ajustar as expectativas da família, definir os papéis, valorizar atitudes proativas e inclusivas da família.

A família, quando recebe o diagnóstico do problema de visão da criança, muitas vezes lida com sentimentos como choque, revolta, raiva, desconforto, angústia, medo, vergonha e culpa. Entretanto, por mais abalada que esteja, é preciso aceitar e buscar atendimento especializado dentro das escolas o quanto antes.

Um aspecto importante a ser considerado é a participação da família no planejamento de um roteiro de aprendizagem e avaliação da criança.

O educador deve estimular a família a se informar sobre os direitos e os deveres relacionados à inclusão escolar. Em alguns casos, cabe à escola essa informação, pois ela mesmo em alguns casos desconhece tais direitos e deveres.

A escola pode estimular, também, a família a procurar as Redes de Apoio que necessita para o processo de inclusão, reivindicação de recursos de acessibilidade e tecnologias assistivas junto às instâncias públicas.

Encorajar as famílias a entrar em contato com outras famílias de crianças e jovens cegos ou com baixa visão é uma forma delas se fortalecerem e trocarem experiências sobre o processo.

A tríade escola-família-aluno precisa estar centrada numa só meta: a da educação do aluno, com igualdade de oportunidades e condições. Os objetivos de cada membro dessa tríade devem estar na aprendizagem da criança e tais membros não devem competir entre si, mas colaborar para que a meta seja alcançada para benefício de todos.

Somente assim a criança será incluída, não apenas na escola, mas na sociedade em equidade com as demais crianças.

4. Dificuldades das famílias na inclusão do aluno cego ou com baixa visão

Como vimos até agora, os pais têm participação fundamental em todos os âmbitos da vida do filho com cegueira ou baixa visão.

No entanto, não é um caminho fácil. Nem sempre a família encontrará uma comunidade disposta a mudar e a se adaptar para receber seu familiar com cegueira ou baixa visão.

Por isso, é necessário saber que, muitas vezes, a família será resistente ou apresentará comportamento incisivo, pois já enfrentou situações desagradáveis no processo de incluir seu familiar nos espaços que são de direito dele, tais como:

- Enfrentou desgaste na procura por essa escola, pois ainda existem resistências sociais e até mesmo a recusa na recepção de seu filho, ao saberem que ele possui uma deficiência visual.



- Sofreu com sentimento de insegurança, por sentir que a escola e seus profissionais não estavam preparados para ajudar e orientar sua criança, dentro de suas necessidades.
- Teve que levar a criança para vários atendimentos médicos e educacionais especializados, enfrentando dificuldades no transporte para os diversos lugares. Essa situação, muitas vezes, alterou a dinâmica familiar e afetou o trabalho dos pais, sendo a dificuldade financeira uma das principais consequências.
- Não compreendeu o papel de cada profissional que atende à criança no processo de seu desenvolvimento e teve, por vezes, que intermediar a relação entre os vários espaços de atendimento: escola, instituição, médicos etc.
- Preciso lidar com o confronto diário da diferença existente entre as crianças e com o sentimento de não serem aceitos pelos outros, o que trouxe dificuldades de adaptação social e escolar.



5. Ajuda especializada fora da escola

Importante ressaltar que ainda que a escola ofereça todo suporte necessário para a criança com deficiência visual, ela ainda precisará de ajuda especializada a todo tempo.

A participação da criança e da família em instituições que ofereçam atendimentos especializados em deficiência visual contribui para tranquilizar tanto os familiares quanto os próprios profissionais envolvidos, que poderão contar com orientações sobre como lidar e auxiliar essa criança que, muitas vezes, traz uma situação nova para o próprio espaço escolar.



A família participa ativamente dessas atividades, pois seu papel é protetivo e fundamental. Oferecendo carinho e compreensão, favorecerá o desenvolvimento e a aprendizagem da criança cega ou com baixa visão.

Entretanto, é importante que todos que participem da vida da criança cega ou com baixa visão saibam que essa rotina pode ser bastante cansativa para a família, dependendo, inclusive, de sua situação socioeconômica.

É importante ressaltar que quanto mais tarde a família procurar auxílio, mais tempo demandará para a adaptação da pessoa cega ou com baixa visão. Quanto antes for diagnosticada a deficiência visual, melhores resultados serão alcançados nos tratamentos à criança e, conseqüentemente, esses resultados refletirão no processo de superação da família.

A família sempre necessitará de orientação e motivação para conscientizar-se de que o melhor para o futuro de seu filho é a inclusão, o que lhe proporcionará os sentimentos de pertencimento, sociabilidade, autonomia e independência.

Como já referido, a comunicação escola, família e atendimento especializado deve acontecer constantemente, sempre que alguma das partes achar necessário. Essa comunicação deve fluir entre as três esferas de forma que caminhem juntas, tendo os mesmos objetivos, mesmo que trabalhando habilidades e potencialidades diferentes.

Quando todos os envolvidos no desenvolvimento da pessoa com deficiência participam ativamente no processo de inclusão, além da interação, é notório o avanço da pessoa com deficiência visual no desenvolvimento de suas habilidades e potencialidades.



6. Estimulação em diversos ambientes

Contudo, não é apenas dentro do espaço escolar que a criança aprende. Situações rotineiras vividas pelas famílias dentro de casa, assim como as situações sociais, podem ser aproveitadas para incentivar seu desenvolvimento.

Como por exemplo: os hábitos de higiene e autocuidado; os cuidados na limpeza da casa; os passeios em parques, casa de amigos, eventos religiosos etc. Todas essas situações podem ser aproveitadas para o aprendizado da criança cega ou com baixa visão.

Muitas vezes, nos afazeres do dia-a-dia, os familiares podem sentir pesar, constrangimento ou até mesmo impaciência diante da situação de observar ou ensinar seu filho com deficiência a realizar pequenas tarefas caseiras, tendendo a fazer por ele.

A escola, em algumas situações, irá perceber a diferença de estimulação de seus alunos com deficiências visuais. Essa diferença, em alguns casos, não se deve a deficiência em si, mas, sim, ao estímulo que esse aluno recebe fora do ambiente escolar ou acesso a atendimentos especializados.

Esse é o momento de se lembrar que cada criança precisa de um tempo diferente para realizar uma atividade, principalmente se for novidade para ela, e que isso deve ser oferecido deixando à vontade para usar o tempo que for necessário, evitando que ela se sinta pressionada e jamais privando-a da oportunidade de aprender.

É preciso que, caso a escola perceba essa falta de estímulo em casa, sempre converse com a família sobre a importância de a criança tornar-se autônoma e cada vez mais independente. Portanto, não se deve protegê-la excessivamente, mas, sim, incentivá-la na exploração do mundo e na sua emancipação.



7. Fortalecimento da autoestima e da eficácia

A cegueira e baixa visão, assim como outras deficiências, geralmente provocam na família, nos amigos ou mesmo em pessoas distantes da convivência social, o sentimento de proteção que, geralmente, acontece devido à percepção das limitações, das dificuldades e das necessidades solicitadas pela pessoa com deficiência. Vivemos em uma sociedade que valoriza a independência, mas, ao mesmo tempo, restringe as pessoas que possuem limitações.



A cegueira e baixa visão, assim como outras deficiências, geralmente provocam na família, nos amigos ou mesmo em pessoas distantes da convivência social, o sentimento de proteção que, geralmente, acontece devido à percepção das limitações, das dificuldades e das necessidades solicitadas pela pessoa com deficiência. Vivemos em uma sociedade que valoriza a independência, mas, ao mesmo tempo, restringe as pessoas que possuem limitações.

Esses sentimentos manifestam-se, na maioria dos casos, por meio de comportamentos superprotetores por parte dos familiares e podem ser desnecessários ou impeditivos das práticas para o desenvolvimento autônomo e independente.

Também pode existir o isolamento da família do meio social, afetando as atividades de lazer, visita aos amigos, passeios culturais, viagens etc. Tais atitudes acabam por provocar a supervalorização da condição da pessoa cega ou com baixa visão em prejuízo das capacidades e aptidões da pessoa.

Atitudes superprotetoras adotadas pela família não promovem a independência da pessoa com deficiência visual e, conseqüentemente, diminuem as perspectivas de outros membros da família em readquirir sua autonomia e a retomada do exercício pleno de seus compromissos pessoais e sociais.

Assim, mais uma vez, a escola poderá intervir e assumir um papel importante ao sinalizar aos familiares sobre como a autoestima da criança pode ser afetada, caso se sinta superprotegida. Deve instruí-los, pois, a trabalhar situações que envolvam seu sócio emocional e sua importância no desenvolvimento global da criança.

8. Apoio ao desenvolvimento autônomo de atividades da vida diária

O estímulo à autonomia em tarefas reconhecidas como realizáveis, sem colocar em risco a integridade física do cego e daquele que tem baixa visão, promove uma ação das sensações de responsabilidade e capacidade, além da retomada de papéis sociais.

Quando a pessoa cega ou com baixa visão começa a readquirir sua autonomia e, portanto, a ganhar gradativamente a sua independência, reacende nos familiares a possibilidade de resgate de papéis outrora ocupados e a retomada de suas atividades.

Tanto a família como a escola e a instituição responsável pelos atendimentos do aluno cego ou com baixa visão visam sua autonomia, independência e autonomia na sociedade.



Cada uma dessas esferas deve ficar ciente que muitos estímulos são trabalhados, pensando-se na funcionalidade a longo prazo da pessoa cega ou com baixa visão. É importante que os familiares tenham uma atitude solidária e acreditem na capacidade da pessoa com baixa visão ou cega na construção ou restabelecimento de sua cidadania.

9. Adolescência e seus novos desafios

A adolescência é uma etapa do desenvolvimento humano que traz uma série de mudanças no corpo da criança, que passará gradualmente para a fase adulta. Essa transição de desenvolvimento é caracterizada por mudanças físicas, uma série de descobertas pessoais, mudanças psicológicas, de interesses e de expectativas da família e da sociedade em relação a esse adolescente.

Essas mudanças se relacionam, também, às questões da sexualidade, ao desejo de independência em relação à família, de aproximação de grupos com interesses semelhantes, de preparação para escolhas profissionais etc. Todos esses fatores influenciam na vivência dos adolescentes e na construção de suas identidades.

A fase da adolescência marca uma mudança significativa não só para a pessoa, para a escola e, também, sua relação com a família. A adolescência é um momento de mudança frente à vida.



É um momento de rever papéis, regras e valores. Para a família do adolescente cego ou com baixa visão, alguns desafios se impõem e a necessidade de redimensionar as relações é fundamental para todos.

O estreitamento dos vínculos familiares e a confiança da família no adolescente com deficiência visual são fundamentais para que ele possa desenvolver suas potencialidades.

Compreender os comportamentos eventualmente agressivos e rebeldes de seu filho adolescente, quando associados às questões da cegueira ou baixa visão, é de extrema importância para poder auxiliá-lo.

O fato de os adultos mostrarem-se disponíveis para ouvir e conversar sobre seus conflitos favorece o relacionamento e amadurecimento desse jovem. Lembre-se que esse adolescente estará lutando para construir uma identidade, na qual terá que incluir o fato de ser pessoa com deficiência visual, o que já o faz diferente dos outros de sua idade.

Na adolescência pode aumentar a necessidade de locomoção independente e isso esbarrará nos medos e na descrença dos familiares sobre a capacidade dele em desenvolver sua autonomia.

É importante que os familiares compartilhem essas inseguranças, que são naturais, e façam acordos claros com seu filho, respeitando seus ideais, sonhos e desafio, deixando a escola ciente de todos seus acordos. Quando a própria família não sinalizar essa possível mudança na independência do filho, a escola pode procurar a família para entender se houve mudanças nos combinados.

A aproximação na relação familiar, a confiança e a sabedoria da escola em acolher são fundamentais para o adolescente com cegueira ou baixa visão, a fim de desenvolver suas potencialidades.

Sentimentos negativos das pessoas a sua volta em relação à autonomia e à independência influenciam diretamente os sentimentos que esse adolescente terá sobre si mesmo. Ele pode se sentir desmotivado a enfrentar esses desafios, o que restringe sua participação em atividades e situações sociais, valiosas nessa fase do desenvolvimento.

O adolescente está numa fase que poderá resistir ao uso de recursos ópticos e pedagógicos adaptados, pois esses o torna diferente, chamando a atenção e os comentários das pessoas em volta.

Flexibilidade, renovação e diálogo são ingredientes que necessitam ser exercitados diariamente pela família, pela escola e pelo adolescente cego ou com baixa visão.



10. Família, legislação e inclusão.

Para fazer valer seus direitos é importante conhecê-los e colocá-los em prática diariamente. Por maiores que sejam os desafios ou barreiras, persistência e ação são palavras-chaves para que a inclusão aconteça de fato. A família é a condutora e principal incentivadora para que a pessoa com cegueira ou baixa visão se desenvolva, tenha autoestima e busque acesso aos seus direitos.



Qualquer pessoa pode buscar informações na prefeitura de sua cidade ou subprefeitura de sua região, realizar pesquisa na internet e conhecer a legislação do município, do estado e do país.

Como qualquer outro cidadão, as pessoas com deficiência visual e suas famílias têm os mesmos direitos garantidos e são protegidos por legislação que garantem a inclusão.

Atualmente, inúmeras foram as conquistas das pessoas com deficiência visual, tais como leis e políticas públicas. Tudo isso, graças ao trabalho de pessoas que se sensibilizaram e lutaram por igualdade e melhores oportunidades, direito à educação, acessibilidade, entre outros.

Apesar de todas essas conquistas, é na família, que inicialmente a mudança deve ocorrer. Não basta o delegar para a escola, delegar para a instituição que está oferecendo suporte, orientação ou reabilitação. O lar da pessoa cega

ou com baixa visão precisa estar presente para entender como isso se faz, confiar nas mudanças operadas em todos os setores para inclusão da criança cega ou com baixa visão.

É fundamental que a família saiba que a sua criança cega ou com baixa visão tem os mesmos direitos educacionais de todas as outras crianças, como é previsto nas leis da Inclusão Escolar:

- Lei n.º 4.024 de 1961 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN);
- Constituição Federal de 1988 artigos 205 e 206;
- Estatuto da Pessoa com Deficiência Lei n.º 13.146 de 2015;
- ECA (Estatuto da Criança e Adolescente), que se estende, também, às crianças e aos adolescentes com cegueira e baixa visão;
- LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social).

A Constituição Federal (1988), em seu artigo 205, preconiza: "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

O artigo prossegue, listando os princípios de seu ensino, o que garante igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola. Ou seja, todos têm direitos e deveres perante a lei, mas isso nem sempre foi visto dessa forma.

A Secretaria do Estado de São Paulo implantou os Centros de Apoio Pedagógicos Especializados

(CAPE), que são unidades governamentais responsáveis pelo apoio à escola e aos alunos com deficiência e que atendem às necessidades individuais para desenvolvimento de potencialidades.



Vale lembrar que, a conquista de política de inclusão de alunos com deficiência visual nas escolas é recente. Antes, essas crianças permaneciam isoladas, com inúmeras privações, sem oportunidade de aprender e se desenvolverem, além de não haver políticas públicas, os próprios pais não acreditavam que a educação estava preparada para educar seus filhos.

Sempre que precisar, ampare-se legalmente. Grande parte da legislação não é cumprida e é preciso fazer valer. Caso a escola perceba que é a família que deve “correr atrás” desse processo, a ampare legalmente, também. Isso é um dever, um ato de cidadania.

Referências

BAPTISTA, C. A. Política nacional de educação especial no Brasil: passos para uma perspectiva inclusiva? In: MARTINS, L.; PIRES, J.; PIRES, G. N. da L. ; MELO, F. R. L. V. de (orgs.). **Práticas inclusivas no sistema de ensino e em outros contextos**. Natal: EDUFERN, 2008.

BRASIL. **Constituição Federal**. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao.htm. Acesso em: 16 maio 2023.

DEFENDI, E. L. SANCHEZ, T. M.; ARALDI, A.; MARIANI, E. (orgs.). **A inclusão começa em casa: família e o deficiente visual** São Paulo: Fundação Dorina Nowill para Cegos, 2008. p. (Série Dorina Nowill).

